

FIEG

Presidente da Enel Goiás participa de debate com empresários



O presidente da Enel Distribuição Goiás, Abel Rochinha, participou da reunião de diretoria plena da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), ocorrida no dia 10/09 último, na Casa da Indústria, em Goiânia. Na oportunidade, ele falou aos empresários goianos sobre os investimentos projetados pela empresa e, também, debateu a questão da revisão tarifária que se encontra em andamento.

O reajuste que está sendo pleiteado

para as unidades consumidoras de baixa tensão, que abrange de forma mais genérica o consumo residencial, é de 12,12%. Já para as unidades consumidoras de alta tensão, que abrangem indústrias e grandes propriedades rurais, o valor pleiteado é de 24,65%, sendo que o efeito médio para o consumidor seria de 15,72%.

Os índices finais deverão ser aprovados no mês de outubro próximo, em reunião de diretoria da ANEEL,

com previsão de vigorar a partir do dia 22/10. A concessionária atende 2,9 milhões de unidades consumidoras localizadas em 237 municípios de Goiás.

O presidente do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás (CONCEG), Wilson de Oliveira, lembra que foi realizada em Goiânia uma audiência pública com mais de 100 participantes, com o objetivo de proporcionar um debate amplo sobre a revisão tarifária. A entidade tem acompanhado as reuniões e audiências públicas e, inclusive, contratou uma assessoria especializada para atuar nessa questão.

A Fieg, por sua vez, já emitiu um posicionamento oficial, em que se manifesta contrária ao reajuste proposto para as unidades consumidoras de alta tensão, considerando que a indústria já vem sendo penalizada devido a aumentos ocorridos anteriormente e que com mais este aumento substancial, o setor perderá competitividade.



Fotos: Alex Malheiros/Fieg

ARTIGO

Setor energético: tecnologia, participação, comunicação**Wilson de Oliveira**

O setor energético brasileiro vem passando, nos últimos anos, por grandes transformações. Esta aí a chamada Geração Distribuída que veio para ficar, trazendo em seu esteio a diversificação da matriz energética e o uso em maior escala de sistemas sustentáveis. Há quase duas décadas, não se fala mais em grandes investimentos no País para a construção de hidrelétricas. Por várias as razões, a começar pelo risco hidrológico, ou seja, a falta de água, em razão de que, cada vez mais, o produto é largamente disputado entre o consumo direto da população e dos ambientes de negócios, bem como para a irrigação de lavouras. Além disso, este tipo de empreendimento tem um valor bastante elevado e dificuldades burocráticas e legais imensas para se tocar uma obra que produz alto impacto ao meio ambiente.

Neste cenário é que a geração distribuída surge como alternativa. Ao mesmo tempo em que as concessionárias de energia estão empenhadas em investir em novas tecnologias para obter ganhos de eficiência e, claro, de liquidez. Paradoxalmente, o consumidor ainda está distante dessa realidade e sequer consegue decifrar aquilo que é cobrado em seu talão de consumo de energia. Por exemplo: mais da metade da conta é destinada a suprir a sanha da máquina arrecadadora, com os tributos e encargos. A “bondade alheia” também pesa na conta, através de vários subsídios. Os erros da política energética, com investimentos inadequados ou irregulares, também acabam no pacote. Enfim, é muito penduricalho. E quem paga a conta?

É fato, entretanto, que o setor energético atravessa um período de grandes transformações. Até, podemos dizer, com certo atraso. Mas esta realidade é um caminho sem volta. A inovação tecnológica chega em momento oportuno, pois o País vive a expectativa de retomada econômica. O setor produtivo precisa voltar crescer e, para isso, também aposta na inovação para se

manter competitivo. As famílias buscam a melhoria da qualidade de vida proporcionada pelo aumento do emprego e da renda e, conseqüentemente, mais exigentes no consumo de bens e serviços, dentre eles, o de energia elétrica.

Diante de tudo isso, temos os conselhos de consumidores de energia elétrica, que foram criados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com base na Lei nº 8631/93 e regulamentados pela Resolução Normativa nº 451/2011. Os conselhos funcionam como elo de ligação entre o consumidor, as concessionárias de energia e o órgão regulador. Não são meros recebedores de reclamações já que, para isso, existem os canais específicos proporcionados pelas concessionárias e o órgão regulador.

Hoje, os conselhos somam 54 e estão presentes em todas as unidades da Federação, representados, basicamente, pelas cinco classes consumidoras: residencial, comercial, industrial, rural e poder público.

Goiás, ressalte-se, foi o estado pioneiro na implantação deste mecanismo de participação popular no setor. Hoje, o Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás (CONCEG) está estruturado e com participação ativa nos eventos de representação do segmento em nível regional e nacional. No mês de maio último, inclusive, Goiânia recebeu mais de 100 conselheiros de quase todas as regiões do País, para o I Encontro Centro-Oeste de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica.

Já no mês de agosto último, o CONCEG exerceu o seu protagonismo na audiência pública para debater a proposta de revisão tarifária da Celg-D (hoje Enel Distribuição Goiás). O Conselho recebeu elogio público por parte da direção da Aneel, no dia seguinte ao evento, durante a aula magna do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que desenvolve um programa sem precedentes de capacitação para os membros dos conselhos de consumidores. Foi, para nós, um grande orgulho receber este reconhecimento, pois nos dá a clareza de

que estamos no caminho certo.

Há, ainda, muitos desafios. Temos consciência de que é preciso construir um modelo de comunicação para que o conselho tenha uma interação maior com a sociedade, sobretudo, para orientar e informar sobre as questões afetas aos consumidores de energia. Pela complexidade e mesmo em função das mudanças aceleradas no setor, muitas vezes, as informações chegam com ruídos e distorções. Além do que, a comunicação é também uma poderosa ferramenta de educação e conscientização.

Importante salientar que Goiás tem um Conselho atento e trabalhando incansavelmente para cumprir o seu papel institucional. Nesta perspectiva, queremos contribuir para que o setor energético de nosso Estado seja modelo para o Brasil. Queremos mais tecnologia e inovação, porém, sem onerar a economia das famílias e das empresas. Queremos, a partir da união de esforços, lutar pela redução da carga tributária sobre a energia, que penaliza sobremaneira quem está na ponta. Enfim, queremos e acreditamos que podemos ser um agente de todas estas transformações, através do conhecimento, da participação e da comunicação. E que venham os desafios!

Visite nossos canais e conheçam um pouco mais do nosso trabalho, no site: <http://concelg.com.br/wp> e Facebook: @concelg.



Wilson de Oliveira é presidente do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do estado de Goiás- CONCEG.

SINDIFARGO

Finep apresenta linhas de crédito para a indústria farmacêutica



A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por meio do Departamento Regional do Centro-Oeste, em parceria com o Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), realizou, no dia 11/09 último, uma palestra de apresentação das linhas de crédito disponíveis para atender as demandas do setor industrial farmacêutico goiano.

O encontro aconteceu no auditório da FBMFARMA, empresa do setor localizada no Distrito Agro Industrial de Anápolis- DAIA.

O evento contou com os palestrantes: Pedro Paulo Teixeira Júnior, gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste – DRCO/ FINEP Brasília; Rafael Paganotti Figueiredo, analista do Departamento de Saúde e Qualida-

de de Vida - DSAQ /FINEP São Paulo e Adriana M. Boueri Battaglia, analista do Departamento Operacional e do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida – DSAQ/ FINEP São Paulo.

O presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares participou da abertura dos trabalhos, enfatizando tratar-se de uma agenda positiva, uma vez que a Finep tem um grande portfólio de produtos para atender diferentes demandas da indústria farmacêutica. Ele agradeceu a presença dos representantes da empresa e também os participantes do encontro.

A Finep é uma empresa brasileira de inovação e pesquisa, que tem como missão o fomento e financiamento a todo sistema de ciência, tecnologia e inovação, mobilizando e articulando empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.



SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS - FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

SUSTENTABILIDADE

Reunião trata de incentivo para reciclagem de lixo

O presidente do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Goiás (CONCEG), Wilson de Oliveira, conduziu reunião para tratar sobre a gestão integrada de resíduos sólidos. O encontro aconteceu na terça-feira, 04/09, na Casa da Indústria, em Goiânia, com a presença do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Pedro Alves e o presidente do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da entidade, Célio Eustáquio de Moura, também presidente do Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Goiás (Sindicel/GO) e representantes da Enel Fortaleza e Enel Distribuição Goiás.

Segundo Wilson de Oliveira, o principal objetivo é buscar, junto ao Gover-



no, um mecanismo de incentivo fiscal de ICMS para as empresas que atuam no segmento de coleta e de reciclagem

lixo, visando, com isso, estimular a geração de emprego, renda e o desenvolvimento sustentável.

FIEG

Entidade repudia tabelamento do frete

Em nota pública, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), manifestou o seu posicionamento em relação ao ato da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que publicou uma nova tabela para o preço mínimo do frete rodoviário. O presidente da entidade, Pedro Alves, assinala que “a decisão agrava os problemas enfrentados pela indústria, dificultando a chegada de insumos, encarecendo os custos de produção e comprometendo a competitividade”.

Conforme diz a nota, a decisão da

ANTT foi tomada de forma unilateral, ou seja, sem envolver o setor produtivo no debate. “Entendemos que a política de tabelamento é inconstitucional por violar princípios como o da livre iniciativa e da livre concorrência”, destaca o texto.

A FIEG, em seu posicionamento, aponta que aguarda uma rápida decisão por parte do Supremo Tribunal Federal quanto ao julgamento de três ações que tratam dessa questão, inclusive, uma delas, impetrada pela Confederação Nacional da Indústria,

que aponta prejuízos ao setor diante da edição da Medida Provisória nº 832, de 27 de maio de 2018.

Vale ressaltar que a MP 832 foi convertida em lei, após ser aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer, no dia 09 de agosto último. A referida legislação formaliza a instituição de uma tabela de preços mínimos para o transporte de cargas, classificadas em: geral, a granel, frigorificada, perigosa e neogranel, cabendo ao órgão regulador, ou seja, a ANTT, definir e divulgar os valores.

CNI

Faturamento e emprego na indústria registram queda

O faturamento da indústria caiu 3,8% e as horas trabalhadas na produção diminuíram 2,4% em julho na comparação com junho, na série livre de influências sazonais, o que confirma o fraco desempenho do setor neste ano, especialmente depois da paralisação do transporte rodoviário de cargas. As informações são dos Indicadores Industriais, divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), nesta segunda-feira (3).

Mesmo com a queda registrada no mês, o faturamento de julho é 1,4% maior do que o de abril, mês anterior à greve dos caminhoneiros, e acumula uma alta de 5% no ano. Com a quarta queda consecutiva registrada em julho, as horas trabalhadas na produção estão 0,3% acima do nível verificado em

julho do ano passado e acumulam um crescimento de apenas 0,7% no ano.

O nível de utilização da capacidade instalada ficou em 77,6% em julho, 0,6 ponto percentual acima do de junho. Mas ainda está abaixo da média de 78% verificada no ano. “Para os empresários, as incertezas em relação ao resultado das eleições e as turbulências da economia internacional turvam o horizonte da economia e dificultam uma recuperação mais expressiva da atividade industrial”, afirma o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

Os indicadores do mercado de trabalho também confirmam a falta de fôlego da indústria para se recuperar. O emprego caiu 1,3% em julho frente a junho na série livre de influências sa-

zonais. “Com a nova queda, o emprego acumula um recuo de 4,3% desde maio, mês da crise dos transportes”, diz a pesquisa. No ano, o emprego acumula uma alta de apenas 0,4%.

A massa real de salários aumentou 0,4% em julho na comparação com junho, na série livre de influências sazonais, interrompendo uma série de quatro quedas mensais consecutivas. No acumulado ano, a massa real de salários caiu 1%.

O rendimento médio do trabalhador ficou estável em julho. Diminuiu apenas 0,1% em relação a junho, mas interrompeu uma sequência de três meses consecutivos de queda acentuada. No acumulado do ano, o rendimento médio do trabalhador da indústria caiu 1,4%.

EXPEDIENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Pedro Alves de Oliveira
Presidente

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Wilson de Oliveira
PRESIDENTE

Patrícia Oliveira
Coordenadora Administrativa

Contatos

Rua Eng. Roberto Mange, 239-A
Bairro Jundiá
Anápolis - Goiás
CEP: 75.113-630
62 3324-5768 / 3311-5565
fieг.regional@sistemafieg.org.br

SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS

Wilson de Oliveira
Sindicato das Indústrias de
Alimentação de Anápolis (SindAlimentos)
www.sindalimentosgo.com.br

Anastácios Apostolos Dagios
Sindicato das Indústrias da Construção e do
Mobiliário de Anápolis (SINDUSCON Anápolis)
www.sindusconanapolis.com.br

Robson Peixoto Braga
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material
Elétrico de Anápolis (SIMMEA)
www.simmeago.com.br

Jair Rizzi
Sindicato das Indústrias do
Vestuário de Anápolis (SIVA)
www.sivago.com.br

Laerte Simão
Sindicato das Indústrias
Cerâmicas do Estado de Goiás
(SINDICER/GO)
www.sindicergo.com.br

Heribaldo Egídio da Silva - Presidente
Marçal H. Soares - Presidente Executivo
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas
no Estado de Goiás (SINDIFARGO)
www.sindifargo.com.br

SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS - FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

SECONCI 

Serviço Social da Indústria da Construção de Anápolis

Investimento de 1% para oferecer saúde aos seus colaboradores!

Nossos serviços:



Medicina Assistencial

Consulta médica, emissão de receita, atestado e encaminhamentos etc.



Medicina Ocupacional

Consulta ocupacional (admissional, periódica, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional) com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional.



Odontologia

Consulta inicial, restaurações, urgência etc.

Associe-se ao SECONCI-Anápolis

Documentos necessários

Termo de adesão (preencher e enviar original);
Contrato Social com última alteração;
GFIP do FGTS;
Valor bruto da folha;
Cópia do CAGED

Maiores informações através dos telefones (62) 3324-5768 / 9 9840-7011
e-mail: seconciaps@sistemafieg.org.br | facebook: <https://www.facebook.com/seconcianapolis/>

SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS - FIEG REGIONAL ANÁPOLIS